



LEI Nº 726 DE 25/11/1973.

INSTITUI A TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Carmo do Paranaíba, por seus representantes, decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituída a Taxa de Iluminação Pública sobre o imóvel, onde o consumo de energia elétrica seja superior a 30 KWh, e que se situe em logradouro que se sirva ou venha a servir-se de Iluminação Pública.

Art. 2º - A Taxa de Iluminação Pública também incidirá sobre o imóvel constituído por lote vago, que se situe em logradouro que se sirva ou venha a servir-se de Iluminação Pública.

§ Único - O imóvel que se enquadrar neste artigo será taxado à razão de 1,0% (um por cento) do salário mínimo vigente no Estado de Minas Gerais, por mês.

Art. 3º - Observado o disposto no Artigo 1º desta Lei, cobrar-se-á a Taxa de Iluminação Pública, mensalmente, calculada sobre o salário mínimo vigente no Estado de Minas Gerais, na seguinte proporção:

- a) 0,5% (meio por cento) do consumidor cujo imóvel - dispender de 31 a 50 KWh, por mês;
- b) 1,0% (um por cento) do consumidor cujo imóvel dispender de 51 a 100 KWh, por mês;
- c) 1,5% (um e meio por cento) do consumidor cujo imóvel dispender de 101 a 200 KWh, por mês;
- d) 2,0% (dois por cento) do consumidor cujo imóvel / dispender mais de 200 KWh, por mês.

Art. 4º - O produto da taxa ora criada constituirá receita destinada a cobrir e remunerar os serviços e dispêndios da Municipalidade, decorrentes da instalação, custeio e consumo de energia elétrica para Iluminação Pública bem como para a melhoria e ampliação do serviço.






PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA

- Art. 5º - A cobrança da taxa referente ao Artigo 2º desta Lei, se  
rá feita diretamente pela Prefeitura Municipal, em con-  
junto com os impostos Predial e Territorial.
- Art. 6º - A cobrança da taxa relativa ao Artigo 1º desta lei será  
feita pela Prefeitura Municipal, mediante convênio a /  
ser celebrado com a Centrais Elétricas de Minas Gerais'  
S.A. (CEMIG), juntamente com as contas de energia de /  
consumo particular.
- Art. 7º - Realizado o convênio, a CEMIG contabilizará e recolherá  
mensalmente, o produto da taxa à conta vinculada, em es  
tabelecimento de crédito indicado pela Prefeitura Muni-  
cipal.
- § 1º - A CEMIG fornecerá à Prefeitura Municipal, no decorrer /  
do mês seguinte em que se operou o recolhimento, o de  
monstrativo da arrecadação.
- § 2º - O " Superávit" eventual, levantado em balanço da conta-  
bilização da taxa, poderá ser aplicado pela Prefeitura'  
Municipal em serviços relacionados com a Iluminação Pú-  
blica.
- § 3º - Quando o saldo dessa conta corrente for insuficiente pa  
ra cobrir o valor da conta de fornecimento de energia '  
elétrica para Iluminação Pública, o Executivo Municipal  
deverá providenciar a imediata liquidação do débito -  
pendente.
- Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, re  
vogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a quem o conhecimento e a execução da presente "  
lei pertencer, que a cumpra e a faça cumprir, tão inteiramente co  
mo nela se contém.

Carmo do Paranaíba, 24 de Novembro de 1.973.

  
\_\_\_\_\_  
José Queiroz da Silva  
Prefeito Municipal

  
\_\_\_\_\_  
- Secretário -